

3.2.1. Protagonista do tráfico de escravo

- **Negreiros** – eram os proprietários dos barcos que transportavam os escravos negros.
- **Pombeiros calçados** – eram os europeus ou afro-europeus.
- **Pombeiros descalços** – eram africanos.
- **Aristocratas africanos** – eram alguns reis e governantes africanos

3.3. A abolição do tráfico de escravos

A escravidão foi praticada na antiguidade pelos Egípcios, Gregos, Hebreus e Romanos.

Em África existiu desde tempos muito antigos, a escravatura doméstica ou patriarcal, sendo o escravo um membro da comunidade. Neste continente a escravatura comercial tinha pouca expressão. Era feita com o mundo Árabe, onde se destinavam essencialmente aos trabalhos domésticos e ao abastecimento dos Haréns (classe dos ricos). Mas no século XV, com a expansão marítima europeia tudo mudou, Portugal deu início ao tráfico de escravos africanos Negros para a Europa.

Em 1441, foram capturados 12 escravos na costa da actual Mauritana, por Antão Gonçalves e Nuno Tristão. E em 1444, Lançarote de Lagos, Gil Eanes, Estêvão Afonso e outros penetraram no golfo de Arguim onde capturaram mais de duas centenas de escravos africanos. A partir daí começaram a ser realizadas maiores expedições para a obtenção de escravos que eram vendidos as classes privilegiadas portuguesas, para servirem como pessoal doméstico.

Mas o tráfico de escravos só alcançaria grandes proporções quando os europeus começaram a colonizar a América, para trabalharem nas plantações de cana-de-açúcar, algodão, café e tabaco, e a exploração mineira (ouro, prata, e diamantes), que exigiam muita mão-de-obra e uma vez que os ameríndios não aguentavam a escravatura, os colonizadores europeus decidiram recorrer aos escravos africanos.

Só a partir do século XVIII, com as transformações, sociais, políticas, e técnicas ``com um olhar livre e um espírito cheio de clareza este século conhecido também como século das luzes, vai surgir alguns filósofos e escritor como Voltaire, Montesquieu e Bernardim de Sait-Pierre na França. Em 1788 em França foi criada a sociedade dos amigos dos negros a qual pertenciam ilustres personagens como Condorcet, Mirabeau, La Fayette, o padre Gregoire, entre outros, e que deram um grande impulso na luta contra a escravatura.

Na Inglaterra surge alguns movimentos religiosos tais como os Metodistas Wesleyens e os Quakers, que vão se empenhar na luta contra o tráfico de escravo. Mas para acabar com o tráfico de escravos foi preciso para além de sentimentos humanitários, causas económicas.

Assim a Inglaterra primeiro país no mundo a alcançar a revolução industrial, vai deixar de ter necessidade de mão - de - obra escrava, substituída paulatinamente pelas máquinas. E com a independência das colónias inglesas na América (4 de Julho de 1776), o tráfico de escravos vai perdendo importância. Os africanos começaram a ser necessário como consumidores dos tecidos de Manchester e dos utensílios de Birmingham e Sheffield, e conseqüentemente para o fornecimento de matérias – primas para as indústrias. Então a Inglaterra vai dedicar-se a abolição de tão desumanas práticas.

Em 1807 a Inglaterra suprimiu o comércio de escravos em todas as suas colónias. E Portugal formalmente só vai decretar para este fim em 1836, pelo Marques Sá da Bandeira.

3.3.1. Abolição da escravatura

As condições de trabalho a que estavam sujeitos os escravos eram sub-humanas, razão pela qual, com o tempo, este estado de coisas foi sensibilizando a opinião pública para lutar pela abolição da escravatura.

A Inglaterra, que nada tinha a perder, pois, a sua economia mecanizada tornara desnecessário o trabalho escravo, foi a primeira nação a lançar-se na ampla campanha de abolição de escravidão, em 1772, decretando a liberdade para os escravos naquele país europeu. Essa campanha prosseguiu em 1821 nos seus territórios. E finalmente o parlamento inglês aprovou em 1833 a lei que colocava

ponto final ao sistema de escravidão em todo o império britânico, ao mesmo tempo que votava uma indemnização de 20 milhões de libras para os roceiros das suas colónias. Estabeleceu um regime de transição que duraria entre 5 a 7 anos.

Em França a abolição foi decretada pelo governo provisório, após a revolução de 1848.

Portugal pressionado viu-se forçado a caminhar ao lado daqueles que queriam ver resolvido o problema da escravidão dos negros. Numerosos indivíduos, com ideias de Sá da Bandeira, não se pouparam em fazer ouvir a sua voz ante o sistema de trabalho escravo. Mas Portugal enfrentava uma grande dificuldade: como indemnizar os donos de escravos.

Em 14 de Dezembro de 1854, criou-se uma junta protectora dos escravos libertos e por este decreto ficavam libertos, automaticamente todos os escravos pertencentes ao estado e da igreja. Macau foi a primeira província ultramarina portuguesa a abolir o estado de escravidão em 1856.

Em 29 de Abril de 1858, foi publicado um decreto que abolia o estado de escravidão 20 anos depois desta data, isto é no dia 29 de Abril de 1878.

3.3.2. Cronologia da abolição do tráfico de escravo

1807- Supressão do tráfico de escravos em todas as colónias britânica.

1811- Suspensão do tráfico pela França.

1815- Congresso de Viena onde a França, a Áustria, Portugal, Prússia, Suécia e Espanha sob pressão da Inglaterra se comprometeram a abolir o tráfico.

1815- (22 de Janeiro) - tratado luso-britânico abolindo o tráfico de escravos nos territórios portugueses situados a norte do equador.

1836- (10 de Dezembro) - abolição do tráfico de escravos nos territórios portugueses a sul do equador, mas admitindo a exportação para S. Tomé e Príncipe embora sob restrições.

1842 (3 de Julho) tratado luso-britânico que punha termo oficial ao tráfico de escravos em todos os domínios portugueses e ingleses e que criava uma comissão mista luso-britânica encarregue de julgar todos os violadores do tratado.

3.3.3. Cronologia da abolição da escravatura

1772- Libertação dos escravos na Inglaterra.

1833- Abolição da escravatura no império colonial britânico.

1848- Abolição da escravatura em França.

1854- Publicação do decreto libertando os escravos pertencentes ao estado e a igreja, em Portugal. 14 de Dezembro de 1854

1858- (29 de Abril) publicação do decreto que fixava o prazo de 20 anos para a abolição da escravatura nos territórios portugueses (29 de Abril de 1878).

1869- (25 de Fevereiro) - publicação do decreto que permitia a passagem dos escravos para a condição de libertos mas obrigados a servirem os seus antigos proprietários até 29 de Abril de 1878.

1878 (29 de Abril) - fim da escravatura nos territórios ultramarinos portugueses.

7.2. A abolição do tráfico de escravos e da escravatura e a institucionalização do trabalho forçado.

Portugal aboliu o tráfico de escravos nas suas colónias em **1836**, mas de forma não oficial continuou a **tráfico em Benguela até 1905**. Sabendo que a lei tinha **sido publicada em 1807 e 1811** por outras potências.

Esta atitude de Portugal continuar com o tráfico preocupou as restantes potências a qual culminou com a criação de uma comissão Mista Luso-britânica, com objectivo de fiscalizar, controlar o processo de aplicação das leis que proibiam o tráfico de escravos uma vez que a máquina tinha substituído o trabalho de escravos.

Uma vez abolido o tráfico de escravos, os portugueses criaram no seu lugar o trabalho forçado, isto é, acabou com a transferência forçada de africanos para América e outros países do mundo e começou a escraviza-los dentro dos seus próprios países.

Como se sabe o trabalho forçado foi instituído em 1875, os indivíduos considerados “vagabundos” é que estavam sujeitos a esse tipo de trabalho que era pior que a escravatura, pois o patrão não se importava com o seu trabalhador, caso ficasse incapacitado ou morresse era imediatamente substituído por outro.

7.2.1. Formas de obtenção da força de trabalho

1- **Directa** – através de prisões, obrigando os angolanos a trabalhar.

2- **Indirecta** – por meio de impostos, pois os angolanos não tinham dinheiro, por isso, eram obrigados a venderem a sua força de trabalho para pagarem o imposto.

BIBLIOGRAFIA RECOMENDA

1. Bender, [G.Jerry.](#) (2009). *Angola Sob o Domínio Português - Mito e Realidade*. 2ª ed. Luanda. Colecção Nzinga.
2. Borges, E. Salvado; Viera, B. M. Duque. (2009). *História 12ª*. 1º e 2º vol. Lisboa: O Livro.
3. Correio, Pezarat. (1996). *Angola do Alvor a Lusaka*. Lisboa: Hugin.
4. *Dicionário de História*. (2000). Colecção Universal. 1.ª edição, Lisboa: Texto Editora, LDA.
5. Fernandes, J. P; Capumba, P. A. (2006). *História*. 12ª Classe. Luanda: Texto Editores.
6. H. Gwells. (s/d). *História Universal*. II e III Vol. Lisboa: Livros do Brasil.
7. Hernandez, Leila Leite (2008). *A África na Sala de Aula: Visita à História Contemporânea*. 3ª edição. rev. São Paulo: Selo Negro.
8. Joll, James. (1981). *A Europa desde 1870*. Publicação D. Quixote.
9. Ki-Zerbo, Joseph. (1990). *História da África Negra*. I e II Vol. Lisboa: Publicações Europa-América.
10. Oliver, Roland; J.D. Fage. (1980). *Breve História de África*. Lisboa. Sá da Casta. Editora.
11. Pezarat C., Pedro (1996). *Angola: Do Alvor a Lusaka*. Lisboa: Hugin Editores.
12. Remond, René. (1994). *Introdução à História do nosso tempo. Do antigo regime aos nossos dias*. Lisboa: Gradiva.
13. Mbah, M. Jean Martial Arséne. (2011). *As Rivalidades políticas entre a Frente Nacional de Libertação de Angola (MPLA): 1961-1975*. Luanda: Maiamba.

14. Wheeler, Douglas; Pelissier, René. (2009). *História de Angola*. Lisboa: Índia-da-China.

Obs. O Material ainda não foi revisado e publicado, pois merece ser avaliado e validado cientificamente. Por isso, é expressamente proibido a sua comercialização e duplicar.

Qualquer dúvida pode entrar em contacto connosco através dos dados em cabeçalho.